

Deslocamento geoeconômico e populacional

Marcio Pochmann

26/02/2026

O Brasil vive uma silenciosa marcha para o interior, impulsionada pela desindustrialização das metrópoles e pela expansão do modelo primário-exportador, redefinindo população, trabalho e território



Desde o final do século XX, o Brasil vem mudando de forma relevante o seu padrão histórico de ocupação do território. Após décadas em que a produção, a população e a ocupação se concentravam nas grandes metrópoles litorâneas, observa-se uma crescente desconcentração relativa.

O interior do país e as cidades médias crescem mais rapidamente do que as capitais e as regiões metropolitanas tradicionais. Esse deslocamento não é apenas demográfico, pois se apresenta como expressão direta da transformação estrutural do capitalismo contemporâneo que impõe novos desafios para a governança do território, planejamento, políticas públicas e produção de estatísticas e a geociências oficiais.

A nova geoeconomia do país resulta de um duplo movimento que acontece simultaneamente. De um lado, o processo de desindustrialização foi mais intenso nas áreas metropolitanas litorâneas, uma vez que somente as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre responderam por quase quatro quintos da desindustrialização do país.

De outro lado, a especialização da estrutura produtiva mais voltada a produção primário-exportadora avanço para a sua interiorização. Tanto assim que pode estar apontando para uma espécie de marcha para o Oeste brasileiro, considerando a evolução do movimento redistributivo da população, produção e ocupações no espaço nacional.

Com isso, os antigos centros industriais localizados nas regiões litorâneas perdem parcela da densidade produtiva e empregos no setor manufatureiro. Em sequência, novas áreas de parte do interior do país ganham dinamismo econômico impulsionado pela especialização produtiva, sobretudo pelo protagonismo do setor primário-exportador.

Mudanças na dinâmica populacional e nos fluxos migratórios

Dados censitários e estimativas populacionais indicam que, entre 2000 e 2022, por exemplo, que os municípios não metropolitanos tiveram crescimento médio superior ao das capitais e regiões metropolitanas. Naquele mesmo período, as capitais expandiram, em média, 0,8% ao ano, as regiões metropolitanas sem capitais em 1,0%, os municípios do interior em 1,3% e as cidades médias (100 a 500 mil habitantes) em 1,6%.

Essas informações sinalizam uma mudança do eixo dinâmico do dinamismo populacional, com destaque para as cidades médias no interior das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Uma mudança de padrão vinculado ao novo perfil migratório, uma vez que atualmente predominam migrações urbano–urbano, muitas vezes de curta distância.

As regiões metropolitanas do país como São Paulo e Rio de Janeiro têm registrado saldos migratórios internos negativos, ao mesmo tempo em que os polos regionais do interior absorvem parcelas crescentes da população. Em termos práticos, há perda líquida nos espaços metropolitanos mais caros e densos e ganho em periferias metropolitanas, cidades médias e interior que resulta do movimento coerente com a dispersão urbana e a busca por custos menores e melhor qualidade de vida.

No estado de São Paulo, por exemplo, a capital paulistana ampliou o saldo líquido migratório negativo médio anual de cerca de 32 mil pessoas/ano (2000–2010) para cerca de 76 mil pessoas/ano (2010–2022). O interior do estado paulista, por sua vez, continuou ganhando população, ainda que com a desaceleração (de cerca de 80 mil/ano para 50 mil/ano nos mesmos intervalos).

Além disso, convém ressaltar que o perfil dos migrantes contemporâneo também tem mudado significativamente. Com o arrefecimento do êxodo rural, o migrante atual tende a ser mais urbano, em geral mais qualificado e mais apto a se mover entre cidades, sobretudo de porte médio, em uma sociedade de serviços já plenamente urbana e integrada por redes de serviços e conectividade digital.

Um contraste direto e inegável com o período entre as décadas de 1960 e de 1980, quando se consolidou a urbanização concentrada nas capitais e metrópoles litorâneas. Durante a industrialização, por exemplo, dezenas de milhões de brasileiros migraram direta ou indiretamente do campo para grandes cidades, enquanto o interior perdia população.

Estrutura produtiva transformada pela desindustrialização

A reorganização econômica geográfica do país reflete o conjunto das transformações na estrutura produtiva em curso desde 1990. A partir da abertura comercial acelerada e pouco planejada, acompanhada de privatizações e desnacionalizações, o Brasil passou a conviver com a desindustrialização, especialmente em segmentos de maior intensidade tecnológica e com forte marca metropolitana em grande parte das regiões litorâneas.

A participação da indústria de transformação no PIB caiu de forma expressiva em relação ao auge da sociedade industrial na passagem dos anos de 1970 para 1980. Os principais indícios da desindustrialização prematura aconteceram nas grandes regiões geográficas do Sudeste, Sul e Nordeste, enquanto outras regiões exibiram trajetória distinta, o que reforçou o fenômeno do deslocamento econômico, demográfico e ocupacional na dimensão espacial.

Com o esfriamento da centralidade produtiva nas regiões litorâneas outrora as mais dinâmicas, o interior do país passou a deter certo protagonismo vinculado à expansão da produção de *commodities* e da infraestrutura comprometida com a viabilização do ciclo exportador. Consolidou-se, assim, uma nova fronteira econômica que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí, alcançando o Pará, articulando soja, carne e mineração.

Essa interiorização não ocorre como uma simples repetição do ciclo industrial e urbano ocorrido mais centrado nas regiões litorâneas. Atualmente, o processo de interiorização tem sido movido pela retomada do modelo econômico primário-exportador que se organiza em torno de cadeias intensivas em recursos

naturais, logística e serviços associados à demanda externa, com pouca mobilização integrativa interna.

Neste início do século XXI, o movimento da desconcentração econômica segue mais intenso em algumas regiões litorâneas, sem compensar, contudo, o impacto nacional derivado do enfraquecimento da capacidade das capitais em reter população. No período 2002–2023, por exemplo, as grandes regiões geográficas como Norte e Nordeste registraram o crescimento anual médio de renda *per capita* mais elevado do que Sul e Sudeste.

Somente a região Centro-Oeste conseguiu elevar a sua posição relativa. O salto da terceira, em 2002, para a primeira posição nacional na renda *per capita*, em 2023, o que permitiu ultrapassar o Sul e Sudeste, revelou o peso do modelo primário-exportador e seus encadeamentos com agroindústria, serviços e construção na região Centro-Oeste.

Repercussões na distribuição ocupacional no território nacional

No primeiro terço do século XXI ocorreu no Brasil uma importante reorganização da ocupação em todo o território nacional. Nas metrópoles pertencentes às regiões litorâneas, a perda de densidade manufatureira foi acompanhada pela conversão de parte do emprego industrial de maior valor agregado em serviços, muitas vezes de baixa produtividade e maior precarização e informalidade.

No ano de 1985, por exemplo, cerca de dois terços dos empregos existentes no setor industrial estavam concentrados no conjunto das capitais e regiões metropolitanas e somente um terço em todo o interior do país. Quatro décadas depois, quase 55% do total dos empregos industriais se localizam no interior do país.

Em paralelo, o processo de interiorização da população, produção e ocupações acontece combinado com a abertura de novas fronteiras econômicas. Em grande medida são as responsáveis pela mobilização de ocupações associadas ao ciclo das *commodities* e suas repercussões na agroindústria, logística, construção, serviços públicos descentralizados e serviços privados que acompanham a nova renda regional.

Ao mesmo tempo, a interiorização recente tendeu a se apoiar, em grande medida, nas atividades econômicas menos complexas e mais dependentes das decisões provenientes do exterior. Assim, a expansão econômica no território e o crescimento nos serviços e infraestrutura transcorrem sem que, necessariamente, alcancem a mesma densidade tecnológica e produtiva que antigamente a indústria de transformação gerava nos antigos polos litorâneos.

Isso, talvez, ajude a entender parte das razões da estagnação da produtividade no Brasil desde os anos de 1980. Mesmo que o processo de interiorização em curso contribua para adicionar um novo componente geopolítico-logístico para a mobilidade populacional e ocupacional, a perda de participação do Brasil no Produto Interno Bruto mundial não foi interrompida.

Acresce, ademais, que o avanço da demanda externa por *commodities* com respostas positivas em regiões não litorâneas tem sido acompanhado por importantes investimentos internos e externos. A experiência atual das rotas de integração sul-americana busca viabilizar os novos corredores de transporte (ferrovias, hidrovias e rotas multimodais) que reforçam ainda mais a conexão entre interior produtivo do país e os mercados globais desde a nova saída exportadora pelos portos do Oceano Pacífico.

Com o encurtamento de distâncias logísticas entre a produção nacional e os locais de consumo externo, a garantia da maior competitividade nacional própria do modelo primário-exportador. Nesse contexto global que o Brasil redefine a sua posição na Divisão Internacional do Trabalho, tendo o ingresso de investimentos estrangeiros em energia e infraestrutura papel complementar.

Assim como a Inglaterra teve centralidade no comércio externo brasileiro durante o século XIX, os Estados Unidos exerceu função equivalente no século XX, ao passo que a China ocupa essa mesma posição atual. No ano de 2025, por exemplo, a China respondeu por 28,7% do total das exportações brasileiras e por 43% do *superávit* comercial do Brasil. De todas as *commodities* exportadas, 74,1% foram para os chineses que

responderam por 79% das vendas externas de soja, 67% do minério de ferro e 45% do petróleo.

O avanço do Brasil no século XXI caracteriza-se por uma nova configuração territorial de sua população, estrutura produtiva e distribuição ocupacional. As metrópoles litorâneas mais servicializadas e menos industriais, enquanto parte do interior do país mais dinâmico por cadeias exportadoras e serviços associados.

Em função disso, a mobilidade populacional tem sido marcada pelo processo de interiorização, sobretudo a dispersão urbana com fortalecimento de cidades médias. Isso redefine as prioridades do planejamento territorial, oferta de serviços públicos, regulação urbana, logística e da própria forma de produzir e interpretar estatísticas e a geociências sobre o trabalho, a renda e a população brasileira.

Marcio Pochmann é professor titular de economia na Unicamp e atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Via [A terra é redonda](#)